

OS TERRITÓRIOS SIMBÓLICOS NO PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO E DESTERRITORIALIZAÇÃO CULTURAL, NA PERSPECTIVA DE ROGÉRIO HAESBAERT

Adicleia Nascimento Souza

RESUMO: O presente artigo é fruto das discussões e abordagens feitas em sala de aula, no decurso da disciplina Linguagem, Fronteira e Interculturalidade, do Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagens e Identidades. Com o auxílio dos referenciais sugeridos no plano de curso, buscou-se fazer uma breve análise dos conceitos abordados ao longo das discussões, caso de “território”, “desterritorialização” e “territorialização”, na perspectiva de Rogério Haesbaert (2007). Para esse autor, o território é construído no jogo entre material e imaterial, funcional e simbólico. O processo de “desterritorialização” acontece com a perda desse território, em decorrência de conflitos ou crises de base política, econômica, cultural ou filosófica. Já o processo de “territorialização” acontece quando as práticas e os costumes de um determinado grupo social que foi desterritorializando não deixam de existir, pelo contrário, se adaptam e interagem com outros costumes, ou seja, surge um entrecruzamento de diferentes territórios (HAESBAERT, 2004). Esse trabalho dialoga com a perspectiva de que o território, no campo simbólico, não deixa de existir, não importando o cenário posto. Para um melhor entendimento, buscou-se o desenvolvimento de discussões/problematizações com referenciais teóricos que tratam sobre a temática, com o intuito de tratar sobre vivências de indígenas fora das suas comunidades e a crise humanitária dos refugiados. que tem se alastrado pelo planeta.

Palavras chaves: Território. Simbólico. Cultura. Identidade.

ABSTRACT: This article is the result of discussions and approaches made in the classroom, in the course of the discipline Language, Frontier and Interculturality, of the Postgraduate Program in Letters: Languages and Identities. With the help of the references suggested in the course plan, we sought to make a brief analysis of the concepts addressed throughout the discussions, such as “territory”, “deterritorialization” and “territorialization”, in the perspective of Rogério Haesbaert (2007). For this author, the territory is constructed in the game between material and immaterial, functional and symbolic. The process of “deterritorialization” happens with the loss of that territory, due to conflicts or crises of political, economic, cultural or philosophical basis. The “territorialization” process, on the other hand, occurs when the practices and customs of a particular social group that has been deterritorializing do not cease to exist, on the contrary, they adapt and interact with other customs, that is, there is a crossing of different territories (HAESBAERT, 2004). This work dialogues with the perspective that the territory, in the symbolic field, does not cease to exist, regardless of the scenario set. For a better understanding, we sought to develop discussions / problematizations with theoretical references that deal with the theme, in order to deal with the experiences of indigenous people outside their communities and the humanitarian crisis of refugees. that has spread across the planet.

Key words: Territory. Symbolic. Culture. Identity.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A proposta desse trabalho é fazer uma discussão com os conceitos de “território”, “desterritorialização” e “territorialização”. A perspectiva é dialogar/problematizar com alguns pontos relacionados a questão cultural, tendo como referência as leituras feitas por Haesbaert. O mencionado autor tem uma compreensão sobre a constituição e uso dos conceitos, que servirá de trilha para a elaboração desse escrito:

É interessante perceber, entretanto, que, mais do que “refletirem” uma realidade, os conceitos são “instrumentos”, e instrumentos não apenas no sentido analítico, como auxiliares de nossas interpretações, mas também no sentido de instrumentos de intervenção. (HAESBAERT 2007.P:399)

Inicialmente é importante enfatizar que não se busca, a partir dos diálogos com determinados conceitos, dar conta de tudo que eles representam. Em se tratando da temática, o artigo tratará sobre processos de “desterritorialização” e “territorialização”, trabalhados a partir de uma perspectiva simbólica, no campo do território imaterial. Isso não significa, no entanto, que não serão abordadas questões materiais, pois compreende-se que não é possível realizar tão inflexível dissociação.

No desenvolvimento deste trabalho, além dos textos de Haesbaert, também foram utilizadas as obras de outros autores, a exemplo de Sergio Buarque de Holanda, Maria de Jesus Morais e Zygmunt Bauman, onde constam importantes abordagens sobre a modernidade. Seus escritos, em muito contribuíram para a compreensão de aspectos do atual momento da história mundial, onde milhares de pessoas têm sido obrigadas a sair de seus territórios em busca de refúgio e sobrevivência, motivados por diferentes tipos de conflitos, crises econômicas e catástrofes ambientais. Esse processo pode ser chamado de “desterritorialização”.

Outros inúmeros fatores que levam diferentes sujeitos a romperem fronteiras materiais, com o intuito de se estabelecerem em outros espaços, também estão relacionados ao fenômeno da desterritorialização. Assim, por mais que algumas fronteiras sejam destruídas outras surgem, os indivíduos que conseguem chegar vivos a novos territórios precisam se adaptar as novas normas, regras e leis, bem como a cultura e costumes existentes nesses novos espaços.

Bauman vai dizer que:

Na verdade, nenhum molde foi quebrado sem que fosse substituído por outro; as pessoas foram libertadas de suas velhas gaiolas apenas para ser admoestadas e censuradas caso não conseguissem se realocar, através de seus próprios esforços dedicados, contínuos e verdadeiramente infundáveis, nos nichos pré-fabricados da nova ordem: nas classes, as molduras que (tão intransigentemente como os estamentos já dissolvidos) encapsulavam a totalidade das condições e perspectivas de vida e determinavam o âmbito dos projetos e estratégias realistas de vida. A tarefa dos indivíduos livres era usar sua nova liberdade para encontrar o nicho apropriado e ali se acomodar e adaptar: seguindo fielmente as regras e modos de conduta identificados como corretos e apropriados para aquele lugar (BAUMAN, 2011. p.13)

A perspectiva não é ser tão pessimista ou radical como Bauman, pois algo positivo acontece em todos esses fenômenos. Observe-se que as culturas se misturam, se adaptam e incorporam novos elementos, transformando-se em significantes móveis, surgindo assim a pluralidade e a diversidade, tanto no campo cultural, como das ideias.

A RESSIGNIFICAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL NO PROCESSO DE RETERRITORIALIZAÇÃO

O espaço é a matéria prima da geografia, mas não podemos deixar de lado as diferentes interpretações acerca do seu uso. Dessa forma, ao abordar a questão do território, é importante ressaltar sua relação com o poder. Maria de Jesus Morais, citando Haesbaert, compreende que:

O conceito de território foi inicialmente tratado nas Ciências Naturais, onde foi estabelecida a relação entre o domínio de espécies animais ou vegetais em uma determinada área física. No domínio das Ciências Sociais, esse conceito é associado a uma dimensão de apropriação e/ou **sentimento de pertencimento**, seja esta apropriação no sentido de controle efetivo por parte de instituições ou grupos sobre um dado segmento do espaço, seja na apropriação mais afetiva de uma identidade territorial (MORAIS, 2016, p. 33 apud. HAESBAERT, 2004).

Na medida em que se observa um exercício de poder sobre determinado espaço, acontece o que se chama de reterritorialização. Mas, se esse exercício de poder é limitado por algum motivo, acontece a desterritorialização. Outro ponto é o sentimento de pertencimento, que não permite que os territórios imateriais que carregamos deixem de existir, ou seja, a cultura que permeia nossa existência permanece.

Segundo Stuart Hall:

Em toda cultura há sempre uma grande diversidade de significados a respeito de qualquer tema e mais de uma maneira de representá-lo u interpretá-lo. Além disso, a cultura se relaciona a sentimentos, a emoções, a um senso de pertencimento, bem como a conceitos e a ideias (HALL, 2016, p.20).

O espaço em que se vive, traduz elementos culturais de uma maneira muito própria, tanto pela dimensão material como simbólica, que vão se incorporando em cada ação do sujeito. Stuart Hall (2016) destaca que a cultura para uma comunidade, um grupo ou uma nação, é tão importante quanto a base econômica ou material. As questões culturais têm se tornado cada vez mais significativas em diversas áreas de estudos, daí a necessidade de ampliar os debates sobre a aplicabilidade de conceitos como território, desterritorialização e reterritorialização. Partindo dessa perspectiva, se faz necessário fazer uma leitura da dimensão cultural que alguns determinados espaços incorporam, criando assim elementos de identidades daquele ser. Pertencer a uma mesma cultura equivale a dizer que existem proximidades quanto as interpretações do mundo. Isso influencia contendas e, conseqüentemente, gera efeitos práticos na constituição identitária de cada um.

A forma de constituição dessa identidade pode-se dar por elementos que se acentuam através do reconhecimento e da afirmação desse território simbólico que é a cultura. Inúmeras vezes construímos nossa identidade muito mais pela imposição do olhar do outro, daquilo que se pensa e enxerga sobre o sujeito, do que pelas escolhas que fazemos.

Podemos perceber essas questões na afirmação de um território como estado-nação. Nesse caso, ao incorporar essa concepção, tenta-se criar uma identidade comum para todos que partilham esse mesmo território, querendo impor, ou melhor, forjar uma homogeneidade na formação dessa identidade nacional.

Com o advento das novas tecnologias, tornou-se possível o acesso a uma gama de informações do mundo inteiro. Com isso, tornou-se perceptível que já não é tão fácil pensar o espaço/ território como algo estático. O mesmo acontece com a identidade. Já não se pode mais pensá-la como imutável, pois a circulação de informações sobre inúmeras outras culturas vai transformando nosso comportamento, bem como forjando novos hábitos e costumes. Assim, surgem novas fronteiras e simbologias.

É importante destacar que, neste trabalho, compreende-se fronteira simbólica como espaços constituídos a partir da lógica de pensar a experiência cultural dos sujeitos. Neste sentido, o termo é impreciso, indefinido e antagônico, por ser permeável, elástico, flexível, fluido e líquido, como nos ensina Bauman (2016).

Nesse tempo de incertezas em relação a tudo, onde inserem-se as guerras ideológicas, a questão dos refugiados, a radicalização de pensamentos e ideias, preconceitos exacerbados com o que se considera fora dos padrões conservadores, vivemos aquilo que Bauman chama de “modernidade líquida”, ou melhor, “contemporaneidade líquida”:

Essas são razões para considerar “fluidez” ou “liquidez” como metáforas adequadas quando queremos captar a natureza da presente fase, nova de muitas maneiras, na história da modernidade. Concordo prontamente que tal proposição deve fazer vacilar quem transita à vontade no “discurso da modernidade” e está familiarizado com o vocabulário usado normalmente para narrar a história moderna. Mas a modernidade não foi um processo de “liquefação” desde o começo? Não foi o “derretimento dos sólidos” seu maior passatempo e principal realização? Em outras palavras, a modernidade não foi “fluida” desde sua concepção? (BAUMAN, 2011. p.09).

Questões como essas contribuem para compreender os debates sobre desterritorialização trazidos por Roger Haesbaert, tanto de base econômica, política cultural e filosófica. Segundo esse autor, a globalização seria sinônimo de desterritorialização. Para ele, na perspectiva política, o Estado está entrando em crise e as fronteiras já não são mais tão forte. Não esquecendo de destacar que nenhum conceito é neutro.

A validade dos conceitos estaria também no uso que se pode fazer deles e não apenas na significação/interpretação que eles propõem. Assim, mais ainda do que nos perguntarmos “o que é o território” – e a territorialidade, seria conveniente nos indagarmos “o que podemos fazer com os conceitos que construímos de território e territorialidade”. Daí, também, a natureza intrinsecamente política de nossas conceituações. Toda esta versatilidade dos conceitos nos permite afirmar, de saída, que analisar o conceito de território é, portanto, ao mesmo tempo, verificar as questões que ele tenta responder, os significados e as “pontes conceituais” que ele permite construir, bem como as implicações políticas ou mesmo o seu potencial transformador frente à “realidade”. Assim como não há ciência “neutra”, não há também “conceitos” neutros, a-históricos e a-políticos (HAESBAERT, 2008. p. 400).

Para Haesbaert, a desterritorialização também acontece na base cultural. Assim, não dá para pensar a cultura como algo estático, mas sim como um significante móvel. Muitas fronteiras tem se rompido em relação às culturas consideradas inferiores para os padrões eurocêntricos. Mas ainda tem muito ainda a ser feito, porque a cada dia novos muros são construídos. Nessa perspectiva, pode-se compreender que o ser esta sempre a deriva, mas, mesmo ele estando à deriva, suas fronteiras simbólicas continuam existindo. Mesmo que fragilizadas elas não desaparecem, porque são mais fortes na sua simbologia, no campo imaterial do que material.

Exemplo disso pode ser visto em relação aos povos indígenas, principalmente aqueles que deixam suas aldeias para vir morar na cidade. Vale ressaltar que, mesmo havendo questionamentos a respeito dos motivos que levaram a essas movimentações populacionais, que o lugar desses povos indígenas é onde eles quiserem, porque também fazem parte da nação brasileira. Ao nos depararmos com situações como essas, percebe-se, na maioria de vezes, disseminação de estereótipos como, “aculturados”, “selvagens”, “inocentes”, “preguiçosos”, “atrasados” e “sem história”; esses são alguns estereótipos constantemente propagado por uma grande parcela da sociedade.

Desde o período colonial que os habitantes dos territórios posteriormente denominados pelos europeus como “Novo Mundo”, foram considerados culturalmente inferiores. Os preceitos de eugenia, que ganharam força basicamente a partir do século XIX, contribuíram para dar uma conotação “científica” a superioridade da raça branco-cristã, em relação aos habitantes dos territórios colonizados. Essas abordagens justificavam/legitimavam a perseguição e o extermínio dos povos indígenas, considerados como pagãos, infiéis e inferiores. São cinco séculos de injustiças, perseguições, matança e roubo de suas terras. Além disso, os colonizadores tentaram impor suas culturas e línguas, o que se caracteriza como uma forma de domínio.

Desde muito cedo se aprende na escola que o índio faz parte da nossa história. Entretanto, nunca se deu o verdadeiro valor ao seu modo de vida. No Acre, por exemplo, tem-se o costume de usar termos como “isso é coisa de índio”, para se alto afirmar como superior, e desqualificar o outro. Nesse caso, os indígenas são, na maioria das vezes, estereotipados como atrasados e primitivos. Essas representações são disseminados em nossa sociedade por diferentes formas de linguagem, a exemplo da literatura, gibis e cinema. Essas linguagens terminam por constituírem novas fronteiras, tanto no campo material como simbólico.

Antes de qualquer coisa, é imprescindível compreender que este equívoco praticado contra os indígenas origina-se no pensamento colonizador, que qualificava as línguas, religiões e organizações desses povos como inferiores, portanto, necessárias de serem controladas, subordinadas e modificadas.

Quanto às cosmologias indígenas (o que entendemos por religiões), sempre foram tratadas por “superstições, práticas bárbaras, abomináveis e sem fundamento”. Estas afirmações são descabidas pois os indígenas possuem um conjunto de saberes que fazem parte da etnociência. Saberes construídos pelas bibliotecas volantes, que são os mais velhos, e difundido entre todos da aldeia. Atualmente a etnociência indígena é prescrita antes de qualquer atuação da medicina dos juruá (brancos em Guarani). Os sábios e os pajés utilizam seus remédios naturais para curas de gripe, desidratação infantil e outros males que afetam os indígenas. Em 99% dos casos a cura é encontrada nas aldeias e nos casos em que isso não ocorre, pajés e médicos trabalham juntos pela cura daquele doente (SALE & SALES, 2011. p. 04).

Para desconstruir esses estereótipos, se faz necessário um trabalho que deve ocorrer em múltiplos espaços, aí inclusive a escola e a família. Uma possibilidade seria o desenvolvimento e publicização de informações que explicassem a importância dos povos indígenas para a diversidade de culturas existentes no Brasil. Em relação a educação formal, desenvolvida nos estabelecimentos oficiais de ensino, deve ser ressaltada a importância de legislações que estabelecem a obrigatoriedade da temática indígena e afro-brasileira. Nesse caso, deve ser destacada a Lei 11.645/2008 que alterou a Lei 9.394/1996, modificada pela Lei 10.639/2003.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras (BRASIL, 2014, p. 19).

É nessa perspectiva de reconhecer e valorizar a cultura e história indígena, que cada vez mais temas como esse devem ser discutidos. É importante que estejam presentes em processos de formação inicial e continuada de professores, o que pode contribuir abordagens que não reduzam esses muitos sujeitos sociais a figuras decorativas de nossa história. Assim, o que se busca é explicitar que vivemos em meio a muitas identidades e devemos aprender a respeitar essa pluralidade. Recorrendo a Maria de Jesus Morais:

No que se refere à identidade, é a perspectiva de que não há identidade “pura”. Não é pura, pois são muitos os ‘outros’ que nos servem de espelho no estabelecimento de nossa identidade, seja no sentido de marcar a diferença, seja no desejo de estarmos em consonância com eles, ou de pertencermos a várias identidades e ao mesmo tempo. (...) “não existe identidade autêntica, mas uma pluralidade de identidades”, construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos históricos. As identidades são construções históricas e sociais que revelam amplas relações de poder, como o poder de decidir o que pode ser incluído e o que deve ser deixado de fora. Elas estão sempre sujeitas ao jogo da história, da cultura e do poder. A construção da identidade envolve escolhas entre os “múltiplos eventos e lugares do passado” que possam dar sentido a essa construção. (MORAIS. 2016 p.52).

A maneira como nos relacionamos com o outro precisa ser repensada. Não é porque o indígena sai da aldeia para morar na cidade que ele deixa de ser indígena. Observe-se que o território cultural que está nele não desaparece com a mudança, só ganha novas significações, porque não existe homem sem território, mas, uma precarização desse território. A territorialidade, ou seja, sua identidade ainda está presente na sua essência.

Nos últimos tempos, temos assistido um fenômeno que tem acontecido na terra: a desterritorialização. Trata-se de indivíduos que vivem em um determinado local, mas se sentem deslocados daquele espaço. Isso é muito comum entre migrantes e imigrantes, mas também é bastante sentido entre sujeitos que têm estilos de vida que não são aceitos por determinados grupos sociais. Esse grupo que tem seus modos de vida contestados, comumente têm seus espaços violados, tanto na questão moral como simbólica. Nesse contexto, percebe-se que as grandes cidades se tornam, cada vez mais, palco de intolerâncias e discriminações, criando barreiras e fronteiras, resultantes de apropriações ou doutrinações ideológicas, que não nos permite olhar o outro com respeito.

Maria de Jesus Morais, em seu livro “Acreanidade”, investe na problematização do mito de criação da identidade acreana. Ao citar Haesbaert, a mencionada autora expressa fragmentos de suas concepções sobre a temática:

Um diferencial na definição de território em Haesbaert é a ressalva que faz quanto às relações de poder. Para ele, o território em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional poder político. Ele diz respeito ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação (MORAIS, 2004, p. 01).

No século XX, Sergio Buarque de Holanda desenvolve uma série de discussões, a respeito de como as cidades estavam se tornando locais de poder.

Com efeito, a habitação em cidades é essencialmente antinatural, associa-se a manifestações do espírito e da vontade, na medida em que se opõem à natureza. Para muitas nações conquistadoras, a construção de cidades foi o mais decisivo instrumento de dominação que conheceram. Max Weber mostra admiravelmente como a fundação de cidades representou, para o Oriente Próximo e particularmente para o mundo helenístico e para Roma imperial, o meio específico de criação de órgãos locais de poder, acrescentando que o mesmo fenômeno se encontra na China, onde, ainda durante o século passado, a subjugação das tribos miaotse pôde ser identificada a urbanização de suas terras. E não foi sem boas razões que esses povos usaram de semelhante recurso, pois a experiência tem demonstrado que ele é, entre todos, o mais duradouro e eficiente. As fronteiras econômicas estabelecidas no tempo e no espaço pelas fundações do Império Romano tornaram-se também as fronteiras do mundo que mais tarde ostentaria a herança da cultura clássica. (HOLANDA, 1995, p. 95)

O que se percebe hoje são as cidades transformadas em espaços de dominação, com profundos conflitos e agudas crises econômica, políticas, culturais e filosóficas. Mas, em meio a tudo isso, é possível perceber um conflito ainda maior, que parece perpassar todo o planeta. Trata-se de problemas de ordem cultural. Nesse caso, compreende-se que a globalização tem um papel fundamental na intensificação dessa crise. Para Haesbaert, globalização é sinônimo de desterritorialização. Nesse caso, o território carrega tanto aspectos de poder, como de dimensões simbólicas, identitárias, que podem ser denominados enquanto “identidade territorial”. Essa identidade territorial é fundamental para a sobrevivência do grupo social e do indivíduo. Sua existência depende do seu território para se afirmar com ser social.

Retomando uma argumentação que enfatiza, ao mesmo tempo, a imbricação e a diferenciação entre território e territorialidade, cabe aqui uma distinção muito importante –

enquanto o território inclui sempre a territorialidade, esta não envolve, obrigatoriamente, a existência concreta de um território. Territorialidade, além de condição genérica para a existência de um território, enfatiza a sua dimensão simbólico-identitária e, assim, depreendemos que a multiterritorialidade também pode ser, a nível epistemológico, dissociada – uma multiterritorialidade mais funcional, no sentido da mobilidade concreta através de diversos territórios, e uma multiterritorialidade no sentido mais simbólico, não obrigatoriamente coincidentes (HAESBAERT, 2008, p. 404).

Também permite ter uma interlocução imensa com elementos identitários e culturais, principalmente com os imigrantes que estão em diásporas pelo mundo inteiro ou seja, se espalhando por outros territórios, mas sem deixar sua cultura, suas fronteiras simbólicas. Neste processo de desterritorialização, não falamos apenas do espaço geográfico, mas, também, da fragilização de suas identidades.

O território, portanto, é construído no jogo entre material e imaterial, funcional e simbólico. Poderíamos mesmo afirmar que as concepções de território capazes de responder melhor pela realidade contemporânea devem superar o dualismo fundamentais tempo-espaço, fixação mobilidade, funcional e simbólica. Por isso promover o território a partir das; perspectivas que valoriza as relações e os processos; o território num sentido relacional e processual (...); múltiplas temporalidades e velocidades nas quais ele pode ser construído, desde os territórios com maior fixidez e estabilidade até aqueles mais móveis flexíveis. (HAESBAERT, 2007. p. 37).

Neste sentido, o sujeito é obrigado a deixar suas tradições culturais para viver em outro país. Esse aspecto se reflete na crise humanitária que perpassa o planeta atualmente, caracterizada por centenas de milhares de refugiados se espalhando pelo mundo em busca de sobrevivência. A intolerância ao outro, muitas vezes, gera a imposição de regras que proíbem diferentes manifestações culturais e religiosas. Isso leva a processos de desterritorialização, aqui pensado como perda da identidade. Tal fato, gera o que neste trabalho se compreende enquanto desenraizamento, que são perdas ou a fragilizações de raízes.

É importante ressaltar que, quando acontece o processo de desterritorialização, surge fenômeno da reterritorialização, quando práticas e costumes não deixam de existir naquele grupo social que foi desterritorializando. Nesse caso, esses costumes e práticas se adaptam e interagem com outros costumes, surgindo assim o que Canclini chama de “hibridismo cultural”. Nesse caso, já não há uma identidade definida, pois cada cultura sempre carrega traços da incorporação de outras culturas. Assim, o que se vê hoje, segundo Haesbaert, “são culturas híbridas”, são territórios simbólicos que trazem uma carga eminentemente útil para a construção desses hibridismos contemporâneo, cargas essas que vão se acumulando ao longo do tempo. Observe-se que suas referências de culturas, religiões, ideologias e políticas, estão quase sempre no meio desta mobilidade de territórios em trânsito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível dizer que as fronteiras, na simbologia do seu campo cultural, possibilita processos de significação e ressignificação, na formação da identidade. Por essa perspectiva, os sujeitos se inventam e reinventam, em meio a processos de união e conflitos, internos e externos ao ser. Dessa forma, compreende-se que não está se vivendo a crise de identidade moderna, mas, sim, a crise da noção de identidade, principalmente com a intervenção cada vez mais frequente da política na cultura.

O que se buscou fazer aqui foi, antes de tudo, discutir os conceitos de território, desterritorialização, e reterritorialização, pensados a partir de mobilidades, para buscar um maior entendimento sobre alguns determinados fenômenos. Tal abordagem, contribuiu para a compreensão de que o território também se constrói no próprio movimento, porque quando nos deslocamos carregamos pedaços metafóricos do território para qualquer lugar, não importando onde estejamos. Isso ocorre porque se trata das referências mentais que são carregadas por cada indivíduo. Ou seja é uma constituinte de cada ser, pois, ao longo de toda a vida somos atravessados por novas vivências, descobertas e aprendizagens que nos transformam.

Esse encontro com a multiplicidade se torna algo comum a partir da globalização. Dos movimentos crescentes de migrações, que geram encontros e desencontros, é importante buscar a riqueza das múltiplas culturas existentes e constituídas, aprendendo a dialogar com as diferenças, negando o segregacionismo e agregando novos valores e conhecimentos.

REFERÊNCIAS:

- HAESBAERT, R. **Identidades territoriais:** entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades) In: ARAÚJO, F. G. B. HAESBAERT, R. (Org.). *Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: Acess, 2007.
- HAESBAERT, R. & ARAÚJO, F. G. B. **Identidades e Territórios:** questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Acess, 2007.
- HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HAESBAERT, R. **epilogo**. In: Angelo Serpa (Org.). **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- LYSARDO-DIAS, D. A construção e a desconstrução de estereótipos pela publicidade brasileira. **Stockholm review of latin american studies**. n° 2. Set. 2007. p.25-35(WWW.contextolivree.com.br/2016/01/comerciais-com-indigenas-que-mostram.html?m=1). Acesso em; 12 de abril de 2017.
- FREIRE, José Ribamar Bessa. **Cinco ideias equivocadas sobre os índios**. In: Educação, cultura e relações interétnicas/Ahyas Siss, Aloisio Jorge de Jesus Monteiro (orgs.); Amparo Villa Cupolillo.[et al.]- Rio de Janeiro: Quartet: EDUR, 2009.
- BRASIL**. Câmara dos Deputados. LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 9. ed., Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em: bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/2762/ldb_5ed.pdf>. Acesso em: julho de 2019.
- SALES, Andrea de Lima Ribeiro; SALES, Marcelo da Cunha. **Contribuições para desconstrução de estereótipos: a imagem do índio brasileiro**. 2011. Disponível em < http://www.ufrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/pesquisa-pratica_educacional/artigos/artigo7.pdf> Acesso em julho 2019.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001
- MORAIS, Maria de Jesus. **“Acreanidade”:** invenção e reinvenção da identidade acreana. – Rio Branco: Edefac, 2016.
- HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Tradução de Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de, 1902-1982. **Raízes do Brasil**. 26. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Data de submissão: 07/08/2019

Data de aprovação: 20/09/2019